



# Anais da Assembléia

N.º 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Eduardo Baggio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Irondí Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque (37); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Antônio Anibelli, Caio Quintana, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte (20; e, em licença, o Sr. Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Emenda:

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — O art. 138 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIII e XIV:

“Art. 138 — . . . . .

XIII — estabelecimento às instituições universitárias mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da Lei e de seus Estatutos;

XIV — promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei.”

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoiamento: Sabino Campos, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka, Rubens Bueno, Roberto Requião, Orlando Pessuti, Fiori Luiz, Sérgio Spada, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiati, Artagão Mattos Leão, Tadeu França, Péricles Pacheco, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, José Antônio Fonseca, Homero Oguido,

Mário Pereira, Anibal Khury e Gernote Kirinus.

### JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda à Constituição do Estado contempla a questão da democratização da educação, sob o particular ângulo da participação democrática de professores, alunos e funcionários no ensino.

Trata-se de considerar a democracia como princípio normativo, que como tal pretende tornar-se impulso dirigente do ensino nos seus vários aspectos e funções.

O profundo alcance deste princípio fundamental, que ora se propõe, está na consideração de pretender ser representação constitucional da ação do Poder Público — numa dimensão jamais afirmada nas constituições estaduais.

Se bem que existam textos legislativos, que sejam expressão mitigada deste princípio, como por exemplo, os que estabelecem a eleição para a composição de conselhos superiores das Universidades, com a participação de membros de congregações, de delegados do corpo docente e discente ou representante da comunidade, na prática, porém, o governo da Universidade tem se revelado burocrático e centralizador, porque ele se faz através de estruturas de poder que afastam professores, alunos e funcionários das decisões — não só daquelas onde estão presentes os interesses destes estamentos, mas principalmente das decisões que se referem às funções tradicionalmente reservadas à Universidade: função de formação cultural e humanística, de formação profissional e de desenvolvimento da investigação científica.

Isto conduz à conclusão de que a ausência de um princípio geral de natureza constitucional, enseja o bloqueio no processo de democratização do ensino, na medida em que os atos administrativos e os atos legislativos referentes ao ensino não tem uma diretiva a seguir ou obedecer, ficando a promoção da democratização da educação ao arbítrio do governo ou da maioria parlamentar.

Esta ordem de consideração permite concluir que a adoção do princípio de democratização do ensino, na dimensão de garantia constitucional, significa o compromisso do Estado com a efetiva participação de professores, alunos e funcionários na gestão das escolas — conferindo a ela realidade, nos limites de sua competência legislativa e no restrito âmbito de seu poder de elaboração da política educacional; e, de resto, vem reafirmar de modo muito particular a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira da universidade.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Sr. Rufino de Souza Oliveira.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Vale do Ivaí, pela inauguração no dia 14 de maio, do seu complexo agro-industrial dedicado à destilação de álcool.

Da aprovação, requer, seja dado ciência através do Presidente da Cooperativa, Sr. RAMIRO M. MARQUES, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando se digne determinar ao órgão competente, providências objetivando o imediato aproveitamento dos candidatos aprovados no Teste Seletivo Interno para as Categorias Funcionais (terceira etapa), pertencentes ao Grupo Ocupacional de Profissional, teste realizado em consonância com os Editais sob n.ºs 16/82, 26/82, 27/82 e 34/82, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Requer, outrossim, o mesmo tratamento aos candidatos da primeira e segunda etapas ainda não aproveitados.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

Os aprovados no Teste Seletivo acima referenciado, são servidores públicos estaduais que pretendem, por justiça, obter o direito à Transposição e/ou Ascensão Funcional, direito este conquistado através daquele Teste. Os interessados, os aprovados, estão a aguardar a manifestação pura e simples da Chefia do Poder Executivo Estadual.

Entendemos que tal medida se adotada de imediato, virá de encontro aos legítimos anseios dos funcionários-candidatos, que tanto tem prestado relevantes serviços ao Paraná, merecendo, assim, a gratidão e o nosso mais profundo respeito.

Por outro lado, ficou provado que esses servidores possuem condições, capacitação e habilitação profissional para serem alçados à nova categoria para a qual foram aprovados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhada solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja instalado um Posto da Café do Paraná, na cidade de Boa Esperança.

O Município de Boa Esperança, essencialmente agrícola e com pequenos agricultores, necessitam mais do que nunca de um órgão de fomento agropecuário. Aliás, é objetivo da Café do Paraná, o auxílio aos agricultores em geral e principalmente aos de pequeno porte, oferecendo-lhes insumos de alta produtividade a preços condizentes e que possibilite a aquisição por parte dos mesmos.

Isto posto, achamos que com a instalação de um Posto da Café do Paraná, naquele municípios, os agricultores daquela região, terão um órgão a mais a auxiliá-los.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, no sentido da instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, no bairro Lar Paraná, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O Bairro Lar-Paraná, no dizer de seus moradores, é uma verdadeira "cidade" dentro da cidade de Campo Mourão.

Com uma população que se aproxima de 18.000 pessoas, é o referido bairro composto pelos jardins: Jardim Fernando, Jardim Vila Cândida, Jardim Delésia, Jardim São Fernando, Jardim Paulino, Jardim Pio XII, Jardim Damasco e Conjunto Habitacional COHAPAR, com aproximadamente 1.000 casas.

Possui o referido bairro mais de 300 casas comerciais, cerca de 3.000 residências, um Entrepasto da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., as instalações industriais da Algolin, Sanbra, Laticínios Campo Mourão além de outras indústrias de menor porte.

Com toda essa estrutura comercial, o Bairro Lar-Paraná é o maior de Campo Mourão, não possui agência bancária, para que seus moradores efetuem depósitos, paguem contas de água, luz e telefone. Para tal, os mesmos precisam deslocar-se até o centro da cidade, demandando tempo e gastos com transportes.

Cremos que a instalação da referida agência do Banestado seria um justo prêmio para aqueles mourãoenses que no dia a dia de seu labor, lutam pelo engrandecimento de nosso Estado e de toda a Nação brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Serviço Nacional do Comércio - SENAC, solicitando estudos no sentido de ser construída sede própria do órgão, na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

De há muito o Senac mantém em Campo Mourão uma unidade de ensino em prédio alugado, e ali funcionam regularmente muitos cursos de interesses não só dos moradores de Campo Mourão, mas também de toda a região, dado que Campo Mourão é a sede da microrregião.

Considerando o grande desenvolvimento daquela comuna justa é a reivindicação de sua população para que o Senac construa ali sede própria para atender melhor a região e também o Município de Campo Mourão, ampliando daí suas metas de cursos junto ao comércio daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar um voto de regozijo pela criação do Conselho de Conciliação e Arbitramento junto à sede do foro criminal de Curitiba. Requer outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Alceu Conceição Machado.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representado tão dignamente por seu Presidente, Desembargador Alceu Conceição Machado, de criar um Conselho de Conciliação e Arbitramento, junto à sede do foro criminal de Curitiba, deve merecer de todo o povo e especialmente do Poder Legislativo que o representa legitimamente, os maiores elogios e calorosos aplausos.

Este ato representa que a justiça está indo ao encontro do povo quando procura o desafogo dos cartórios e agiliza a aplicação de leis, proporcionando facilidades na decisão de pequenas causas, assim consideradas as que giram em torno de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), ou seja, 30 (trinta) ORTNs, as quais passarão a ser resolvidas sumariamente, sem maiores delongas e sem despesa qualquer para as partes.

É uma novidade em matéria de aplicação das leis e deverá se constituir em mais um exemplo que o Paraná dá ao Brasil na modernização de métodos de trato da coisa pública. Os custos e a lentidão de qualquer processo pelas vias comuns não podem mais ser suportadas pelas camadas mais humildes da nossa população, ao mesmo tempo que sobrecarregam o organismo estatal que as julga, desde funcionários até os Juízes, prejudicando o andamento de todos os processos que ali dão entrada, e por isso o novo caminho agora proposto pelo nosso órgão máximo da Justiça do nosso Estado, é a solução há tanto tempo reclamada e esperada.

O Poder Legislativo e especialmente a Bancada do PMDB não poderiam deixar passar despercebido o acontecimento deste alcance, porquanto corresponde perfeitamente à filosofia de sua luta por melhores condições de vida para o povo, em todos seus aspectos e, conseqüentemente também no setor judicial que proporciona a todo e qualquer cidadão a garantir de seus direitos em face das leis que regem a nossa sociedade.

Auguramos pleno êxito ao Conselho de Conciliação e Arbitramento de Curitiba, que se instalará nos próximos dias em nossa Capital, fazendo votos que marque, efetivamente, o início de uma nova sistemática e que venha a dar os frutos que todos esperamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Acatando a necessidade de uma democracia participativa e sem necessidade de nenhuma tribuna livre, venho trazer aqui a justa ponderação de um contribuinte contra uma cobrança indevida que tradicionalmente vem sendo feita pela COPEL, à conta de taxa de iluminação pública.

Como todos sabemos, essa taxa é cobrada junto com as contas de luz de consumo domiciliar ou comercial e está sendo lançada, indistintamente, quer o serviço seja ou não prestado àquele consumidor. Existem, portanto, pessoas que pagam uma taxa de escuridão. Mas tem-se a realçar um outro aspecto ainda mais absurdo, que o contribuinte Paulo R. Oliveira classifica de politributação.

Realmente, nas contas de luz cobradas aos moradores de edifícios de apartamentos, a taxa de iluminação pública é cobrada indistintamente de todos os condôminos. O pensamento lógico do reclamante é indesmentível, na missiva que nos endereçou:

"... no meu caso específico — diz ele — no trecho de rua em que resido, pequeno, entre a rápida bairro-centro e a Avenida Paraná, da Rua Brigadeiro Arthur Peralta, de um lado existem quatro residências, e de outro, dois condomínios de apartamentos, com 24 e 60 unidades residenciais. Há um poste em cada esquina, com lâmpadas queimadas desde janeiro. E um outro, no meio da quadra, não consegue iluminar os 80 metros de rua. Ora, com a politributação da COPEL, nós, os residentes, ali pagamos a título de iluminação pública, a importância total de Cr\$ 30.800,00 por um único poste iluminado".

O próprio missivista oferece a solução justa, dizendo o seguinte: "O correto seria a COPEL cobrar do condomínio e não de cada condômino essa taxa de iluminação pública. O condomínio então ratearia entre seus moradores o valor correspondente. Do jeito que está é um assalto ao já anêmico bolso do povo".

Senhores Deputados. Esta situação não é nova, tampouco estou aqui fazendo qualquer agressão aos atuais administradores

da COPEL, porquanto nada foi inovado. Louvo-me apenas nas decantadas intenções de atender os reclamos da população para exigir uma revisão que nos parece clara e cristalina, numa política de iluminação pública um tanto escura.

Não se deve cobrar iluminação pública nas áreas não servidas. Pelo menos, essa taxa deveria ser diminuída, correspondendo ao rateio entre os usuários das áreas de domínio comum, como parques e praças.

Nos casos de prédios de apartamento, as taxas deverão ser proporcionais à testada de cada edifício e cobradas do condomínio para rateio entre os moradores.

Como requerimento à Mesa, solicitamos o encaminhamento desse nosso pronunciamento à Presidência da COPEL, aditando nossa opinião de que, adotada a providência sugerida, terá aquela empresa ido ao encontro de reivindicação legítima da população, calcada em exigência por justiça fiscal, através da Secretaria de Estado das Finanças.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a urgente pavimentação da segunda pista no prolongamento da Avenida Maripá, até o trecho PR-495, e a pavimentação do prolongamento da Avenida Rio Grande do Sul até as imediações do campo do Flamengo, em Mal. Cândido Rondon - Pr.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Achamos justo solicitar a pavimentação dos trajetos acima, porque os mesmos serão de excepcional valor a toda população de Mal. Cândido Rondon.

Considerando-se a respeitável importância daquele município para o nosso Estado, por sempre haver contribuído com sua parcela para elevar cada vez mais o desenvolvimento econômico, cremos que ele se faça merecer da melhor atenção por parte do nosso Secretário.

Para tanto, contamos pois com o apoio total dos nobres Colegas Parlamentares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de que, através da Secretaria de Estado do Interior, sejam envidados esforços no sentido da instalação de uma estação retransmissora de sinais de televisão no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM a transcrição nos Anais dos trabalhos da presente sessão, Moção de Solidariedade ao Deputado Gabriel Manoel, nos seguintes termos:

"Os integrantes da Bancada do Partido Democrático Social, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, renovam o seu apoio e a sua solidariedade ao companheiro Deputado GABRIEL MANOEL, na defesa do seu mandato, legitimamente

conquistado pela decisão livre e soberana dos eleitores paranaenses nas urnas de 15 de novembro de 1982, que decidiram com o seu sufrágio outorgar-lhe um quarto mandato consecutivo no Legislativo Estadual do Paraná.

Os Deputados Estaduais do PDS vêem nessa manifestação dos eleitores paranaenses o reconhecimento aos esforços, ao trabalho e à dedicação de GABRIEL MANOEL, que faz de suas iniciativas uma permanente luta para o aperfeiçoamento de nossas instituições políticas e na qual ressalta a sua modéstia como fator de engrandecimento dos seus propósitos, tornando-o credor da admiração não só dos seus companheiros de partido, mas de todos os seus concidadãos.

Ao tornar pública esta sua declaração, a Bancada Estadual do Partido Democrático Social deseja proclamar a sua reafirmada confiança na decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que deverá pronunciar-se sobre recurso interposto junto à Procuradoria Geral da República".

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Apoio: Tércio Albuquerque, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Péricles Pacheco, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Gabriel Sampaio, Jorge Maia Filho e Donato Gulin.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 53/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Passa a ser a seguinte a redação do art. 43 da Lei 7.074 de 02 de janeiro de 1979:

"Art. 43 — As importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogados, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, reverterão na sua totalidade, a favor do patrocinador da causa."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Esta é uma reivindicação de toda a classe de advogados de nosso Estado e visa fazer justiça a esses nobres profissionais que lutam em prol da prática da justiça. Muito embora tratando-se de profissionais ligados à máquina estatal e destarte recebendo remuneração, nada mais justo que premiá-los com os honorários da sucumbência, nas causas que patrocinarem. Ademais o Estado quando vencedor nas demandas judiciais, tem a seu favor o reembolso das custas e diligências, não sendo justo que avoque para si cinquenta por cento da verba honorária, uma vez que é o profissional que atua nas respectivas causas, que diuturnamente pesquisando, passando noites em claro e fazendo a exegese legal, que assegura ao próprio Estado a garantia de uma vitória no judiciário.

Estes são os motivos que nos levou à propositura do presente projeto e cremos que irá merecer o apoio das bancadas dos dois partidos, uma vez que o mesmo visa apenas e tão somente, corrigir uma distorção aos verdadeiros princípios de justiça e equidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Tranqüilino Guimarães Viana, Prefeito Municipal de Telêmaco Borba.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, nobres Se-

nhores Deputados.

Agora é modo de se falar em "democracia participativa". Então, acatando a necessidade desta "democracia participativa" e sem alguma "tribuna livre", venho aqui trazer a justa ponderação de um contribuinte contra uma cobrança indevida que tradicionalmente vem sendo feita pela COPEL: a conta de taxa de iluminação pública.

Como todos sabemos, esta taxa é cobrada junto com as contas de luz de consumo domiciliar ou comercial. Está sendo lançada indistintamente, quer o serviço seja ou não prestado ao consumidor. Existem, portanto, pessoas que pagam uma taxa de "escuridão". Mas se tem a realçar um outro aspecto ainda mais absurdo, que é o contribuinte Paulo R. de Oliveira, que me escreve: classifica de "politributação".

Realmente, nas contas de luz cobradas aos moradores de edifícios de apartamentos, a taxa de iluminação pública é cobrada indistintamente de todos os condôminos. O pensamento lógico do reclamante que me escreve é indesmentível. Ele diz o seguinte: "no meu caso específico, no trecho de rua em que resido, pequeno, entre a rápida bairro-centro e a Avenida Paraná, na Rua Brigadeiro Artur Peralta. De um lado, existem quatro residências e do outro dois condomínios de apartamentos, um com sessenta e outro com vinte e quatro unidades residenciais. Há um poste em cada esquina, com lâmpadas queimadas desde janeiro e um outro no meio da quadra, que não consegue iluminar os oitenta metros de rua.

Ora, com a "politributação" da COPEL, nós, os residentes ali, pagamos a título de iluminação pública a importância total de trinta mil e oitocentos cruzeiros por um único poste iluminado".

O próprio missivista oferece a solução justa, dizendo o seguinte: "o correto seria a COPEL cobrar do condomínio e não de cada condômino essa taxa de iluminação pública. O condomínio, então, ratearia entre os moradores o valor correspondente. Do jeito que está é um assalto ao já anêmico bolso do povo".

Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados. Trago a esta Casa e quero também dizer que a situação não é nova. Tampouco estou aqui fazendo alguma agressão aos atuais administradores da COPEL, porque nada foi inovado, esta irregularidade vem de muitos anos. Louvo-me apenas nas decantadas intenções de atender os reclamos da população para exigir uma revisão que nos parece clara e cristalina: uma política de iluminação um tanto "escura". Não se deve cobrar iluminação pública nas áreas não servidas. Pelo menos esta taxa deveria ser diminuída, correspondendo ao rateio entre os usuários das áreas de condomínio comum, como parques e praças. Nos casos dos prédios de apartamento, as taxas deverão ser proporcionais à "testada" de cada edifício.

Com o requerimento à Mesa, solicitamos o encaminhamento desse nosso pronunciamento à Presidência da COPEL, aditando nossa opinião de que, adotada a providência sugerida, terá aquela empresa ido ao encontro da reivindicação legítima e justa da população, calcada em exigência também de justiça fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendemos registrar aqui, com muito pesar, o falecimento do Presidente do PMDB do Município de Santa Fé, Sr. Moacir Tomazella, representando e constituindo um baluarte do PMDB naquela cidade.

Sem dúvida, foi uma perda irreparável o falecimento prematuro do Presidente do PMDB daquela cidade.

Srs. Deputados, estivemos, ainda no final da semana pas-

sada, participando da inauguração da COOPerval, no Município de Jandaia do Sul. Entendemos que as usinas de álcool, obras não monumentais, representam um modelo de estilo que deve ser adotado, que deve ser seguido pelo Paraná, e porque não dizer pelo Brasil, no atual momento que estamos passando. O que precisamos não são obras faraônicas, com usinas nucleares, precisamos sim do álcool como alternativa de solução para o nosso problema energético.

Não precisamos e devemos repudiar a continuidade, em termos de obras monumentais que sempre foram feitas com recursos estrangeiros, gerando a nossa total dependência ao capital alienígena.

A soma dos esforços comunitários, a cooperação, a participação de uma cidade, de uma região, para construir seus próprios destinos, creio eu será a maior lição que depreendemos da inauguração da COOPerval, numa região que é das mais férteis do Estado e que vinha se convertendo em pastagens, que vinha vitalizando o latifúndio, que vinha conseqüentemente expulsando o homem da terra; porque a grande verdade é esta, onde chegam as pastagens, onde chega o boi, vai desaparecendo o ser humano, vão desaparecendo as comunidades, vai se esvaziando a região.

É neste sentido que entendemos um símbolo de uma obra que deve representar uma nova etapa no Paraná, com participação comunitária. De que nos interessaram, por exemplo, obras como a Transamazônia, hoje um marco de investimento falido, que não traduziu nada em termos de solução, mas que representou sim um colapso enorme, responsável por grande parte de nossa crise. E poderíamos citar tantos outros casos, obras faraônicas devem ter o seu ciclo encerrado.

É por esta razão que enfatizamos, mais do que nunca, o início de um tempo novo para o Paraná, em que a comunidade cobrando sim do Governo, mas dando a sua participação para a solução dos problemas, possa inaugurar, possa se afirmar como resposta à grave crise pela qual vem passando o Paraná.

É bem verdade a situação de insolvência de nossos municípios. Tanto é assim que vários Prefeitos estão reclamando. O Supremo Tribunal Federal decretou inconstitucional vinte por cento de uma taxa que vinha sendo e que vem sendo arrecadada pelo INCRA e que contraria os interesses dos municípios paranaenses, a nível de Imposto Territorial Rural.

Embora haja decisão do Supremo Tribunal Federal, a grande verdade é que a maior parte dos municípios nem sequer consegue recursos para suportar até mesmo a burocracia jurídica, a habilitarem-se a receber de volta os recursos que foram usurpados dos pequenos municípios.

É por isto que estamos encaminhando requerimento à Secretaria de Planejamento e mais especificamente à FAMEPAR, para que aquele órgão empreste apoio jurídico para que o Imposto Territorial Rural, que, para a União não representa nada, mas que poderá revitalizar grande parcela dos municípios paranaenses, mormente aqueles que estão em insolvência.

(É retirado o som) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Faz hoje 228 dias, que o jornalista Juvêncio Mazarollo desfruta da hospitalidade da Polícia Militar do Paraná, condenado injustamente no processo da Lei de Segurança Nacional.

Ocupamos hoje, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, a tribuna da Assembléia, para registrar e fazer encaminhamento da Emenda Constitucional elaborada conjuntamente pelo movimento estudantil à Associação de Funcionários da Universidade, que desde 1978 vem, em todo País e no Paraná, e

particular, procurando desenvolver uma luta de democratização da universidade brasileira.

Essa emenda tem a finalidade de acrescer ao Artigo 138 da Constituição Estadual, os seguintes incisos: (Lê):

“XIII — estabelecimento às instituições universitárias mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da Lei e de seus Estatutos;

XIV — promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei.”

A justificativa, Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados, desta emenda, é a seguinte: (Lê)

“A presente Emenda à Constituição do Estado contempla a questão da democratização da educação, sob o particular ângulo da participação democrática de professores, alunos e funcionários no ensino.

Trata-se de considerar a democracia como princípio normativo, que como tal pretende tornar-se impulso dirigente do ensino nos seus vários aspectos e funções.

O profundo alcance deste princípio fundamental, que ora se propõe, está na consideração de pretender ser representação constitucional da ação do Poder Público — numa dimensão jamais afirmada nas constituições estaduais.

Se bem que existam textos legislativos, que sejam expressão mitigada deste princípio, como por exemplo, os que estabelecem a eleição para a composição de conselhos superiores das Universidades, com a participação de membros de congregações, de delegados do corpo docente e discente ou representante da comunidade, na prática, porém, o governo da Universidade tem se revelado burocrático e centralizador, porque ele se faz através de estruturas de poder que afastam professores, alunos e funcionários das decisões — não só daquelas onde estão presentes os interesses desses estabelecimentos, mas principalmente das decisões que se referem às funções tradicionalmente reservadas à Universidade: função de formação cultural e humanística, de formação profissional e de desenvolvimento da investigação científica.

Isto conduz à conclusão de que a ausência de um princípio geral de natureza constitucional enseja o bloqueio no processo de democratização do ensino, na medida em que os atos administrativos e os atos legislativos referentes ao ensino não têm uma diretiva a seguir ou obedecer, ficando a promoção da democratização da educação ao arbítrio do Governo ou da maioria parlamentar.

Esta ordem de consideração permite concluir que a adoção do princípio de democratização do ensino, na dimensão de garantia constitucional, significa o compromisso do Estado com a efetiva participação de professores, alunos e funcionários na gestão das escolas — conferindo a ela realidade, nos limites de sua competência legislativa e no restrito âmbito de seu poder de elaboração da política educacional; e, de resto, vem reafirmar de modo muito particular a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira da universidade.”

Com essas justificativas, esperamos que a tramitação desta Emenda Constitucional que vem como passo inicial do processo de definição de instrumentos legislativos que tornem democrática a eleição dos diretores das faculdades estaduais isoladas do Estado e das universidades estaduais, venha ter uma tramitação que conte com a compreensão e espírito democrático, não só dos companheiros da Bancada do PMDB que já assinam de início o termo da proposta, mas inclusive dos companheiros da Bancada do PDS nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Depu-

tado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Itaipu vem sistematicamente negando que a variação de clima e a provocação de intensas chuvas na região de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, enfim, toda a região do Lago, seja por influência da formação do Lago de Itaipu.

Temos acompanhado na imprensa e na "Folha de Londrina", do dia 14 de maio, o ecólogo Cláudio Matos de Araújo, membro da Sociedade Brasileira de Progresso para a Ciência, numa entrevista à imprensa que fez em Porto Alegre, afirmou o seguinte: "Que seria decorrência da formação do Lago de Itaipu, a maior velocidade dos ventos; o decréscimo da temperatura; chuvas torrenciais; acréscimo nas populações de mosquitos e borrachudos, e aumento de fungos na agricultura.

Seriam alguns dos problemas que já estariam se verificando em toda a área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Também se manifestou a respeito o reconhecido ecólogo, José Lutzemberg, da AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção Ambiental, que vem se pronunciando seguidamente a respeito dos efeitos que já estariam sendo causados sobre o meio ambiente pela construção da hidrelétrica.

Ainda recentemente, tivemos no Município de Terra Roxa, um tremor de terra, com deslizamento de estradas, com provocação de rachaduras em casas, com destruição até mesmo de pontes. E conforme afirmação do próprio Prefeito da cidade de Terra Roxa, isso teria sido por influência da formação do Lago de Itaipu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que moramos naquela região, temos sentido e verificado que realmente o clima da nossa região não é mais aquele de antes do da formação do Lago de Itaipu. Tem ocorrido chuvas intensas, atingindo até mesmo duzentos milímetros, o que é realmente um alto índice de chuvas para a nossa região. Ventos de oitenta a cento e vinte quilômetros por hora; isso tudo nos preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque vemos que Itaipu sistematicamente nega que isso tenha sido gerado por influência do acúmulo das águas do lago. Grandes prejuízos estão sendo provocados à lavoura da nossa região.

A grande quantidade de soja que ainda não foi colhida, está sendo perdida. Estive em contato com agricultores da região de Santa Terezinha, muitos deles perdendo até quarenta alqueires de terras, de lavouras, que estão podres e terão de ser tombados, porque não há como aproveitar estas lavouras.

A produção de girassóis também está grandemente prejudicada. E além dos prejuízos que vêm acarretando aos municípios que não têm mais condições de conservar suas estradas. Patroam num dia, dentro de poucos dias as estradas estão todas acabadas.

Não sei, não sou "expert" na matéria, mas tudo nos leva a crer que isso é influência de Itaipu e uma posição definida e oficial por Itaipu deverá ser dada, para que, muitos que se julgam prejudicados possam também, com base nesta declaração de Itaipu, possam agora agir doravante, de vez que agora que estamos percebendo as influências da mudança do Lago de Itaipu.

A própria cooperativa de Marechal Cândido Rondon está prestes a entrar na Justiça para reaver prejuízos que sofreu em decorrência de Itaipu.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante que Itaipu se pronuncie imediatamente para que os afetados tomem suas posições.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Depu-

tado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, neste momento, para fazer um convite a todos os Srs. Deputados para comparecerem quinta-feira, às 17:30 horas, na sala de reunião das Comissões, onde estará presente o Secretário de Planejamento do Estado numa reunião com a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações desta Casa.

O Sr. Secretário irá expor o processo de definição de obras no Estado do Paraná.

A Comissão de Obras Públicas entende que esta Assembléia precisa ter conhecimento com antecedência da definição das obras do Estado para ver se as obras programadas são prioritárias, em primeiro lugar e em segundo lugar, depois de definidas as prioridades em termos de obras também poder verificar se a forma como as mesmas serão executadas são as mais convenientes.

Achamos que o primeiro passo seria este contato com a Secretaria de Planejamento para que pudesse então a Assembléia, como um Poder, interferir através da fiscalização desse processo de definição no Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica o convite para às 17:30 horas da tarde de quinta-feira comparecerem a essa reunião que nós da Comissão de Obras Públicas reputamos como a mais alta importância para juntamente com o Secretário do Planejamento debatermos o programa de obras para o Estado do Paraná para o ano de 84, quando já está se esboçando a elaboração do Orçamento para o próximo ano.

Entendemos que numa análise simplista, numa análise muito rápida poderíamos dividir em duas partes os gastos do Estado, com pessoal e com obras.

E infelizmente a Comissão de Obras no ano passado reuniu-se uma única vez aqui nesta Casa.

Esperamos que a Assembléia possa, com conhecimento de causa, fiscalizar efetivamente o que se gasta com obras neste Estado do Paraná.

Aqui se levantou uma celeuma por estar a Assembléia gastando Cr\$ 15.000.000,00 com um programa de reformulação administrativa e somente no prédio da Assembléia, coisa que já tive oportunidade de me reportar em aparte aqui nesta Assembléia, em três reuniões, o Deputado Donato Gulin, o Deputado Adhail Sprenger Passos e eu, conseguimos em contatos com a EMOPAR, reduzir em quase quatrocentos milhões de cruzeiros o custo desta obra aqui dos novos gabinetes da Assembléia. Portanto, acho da máxima importância que os Srs. Deputados compareçam a esta reunião, para que a Assembléia possa cumprir o seu papel de fiscalização e de acompanhamento dos gastos dos dinheiros públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê) "Voltando da nossa viagem à Brasília, representando a bancada do PMDB nesta Assembléia, tivemos a honra de apresentar ao plenário da União Parlamentar Interestadual, em reunião ordinária do seu conselho deliberativo realizada em Brasília, nos dias 27 e 28 de abril último, demos uma contribuição a respeito do modelo econômico imposto ao País por sucessivos governos autoritários. Tivemos a felicidade, Sr. Presidente, de ver a nossa tese aprovada por unanimidade, por representantes de Assembléias de 23 Estados brasileiros, resultando, como primeiro resultado concreto, a realização de um "Forum Nacional de Debates", que será realizado no Rio de Janeiro, em julho próximo.

Nosso trabalho, Srs. Deputados, se dividiu em capítulos, analisando os grandes projetos governamentais, a dívida externa e a dívida pública interna. E sobre estes assuntos falaremos hoje, esperando contar com a atenção e o apoio de todos os membros desta Casa.

## I

Começemos pelos grandes projetos governamentais, Sr. Presidente.

Apenas os trinta e três maiores projetos faraônicos exigirão mais de US\$ 299 bilhões nos próximos dez anos, sem contar os juros.

Um País que se julga em condições de programar investimentos desta ordem, não pode coexistir com a realidade de quarenta milhões de brasileiros em condições de miséria absoluta, ou alegar que não existem recursos para resolver os problemas sociais mais gritantes. O Brasil hoje, Sr. Presidente, é a sétima economia mundial, tendo superado a Itália recentemente. E está claro que os recursos existem. O que falta é uma escala de prioridades para contemplar o conjunto da população e não apenas uma minoria ligada aos banqueiros e aos grandes grupos internacionais.

Esses grandes projetos, Srs. Deputados, abrangem desde Carajás até os metrô do Rio e São Paulo e a maior parte dos investimentos cabe ao Governo, através de obras de infra-estrutura, de energia e transportes.

E numa atrofia já histórica, o produto desses grandes projetos se destina ao mercado externo, mesmo quando se trata de uma grande hidrelétrica como Tucuruí, pois ela fornecerá energia para a produção de alumínio destinado ao mundo internacional.

Enquanto isso, as obras que atenderiam as necessidades internas são postergadas. Nem o Governo Federal cogita de atender aos seis milhões de desempregados, os onze milhões de subempregados segundo os números oficiais, nem de atender a demanda anual de um milhão e oitocentos mil novos empregos, gerada pela entrada de mão-de-obra recente no mercado.

## II

Os grandes projetos governamentais são revelados à sociedade brasileira apenas por seus aspectos positivos e apresentados isoladamente, caso por caso, sem um estudo articulado com os vários setores da economia nacional. E é inegável que eles afetam o País todo, trazendo embutidos muitos aspectos contraditórios e perniciosos.

Esses gigantescos programas de investimentos, Sr. Presidente, representam uma opção política, ao concentrar esforços financeiros em uma determinada direção, o que implica no deslocamento de outros projetos que são adiados ou não serão realizados.

Referimo-nos aos projetos da Amazônia oriental, que compreendem os segmentos minero-metalúrgicos e agroflorestal, as obras de infra-estrutura, o projeto ferro-Carajás e a hidrelétrica de Tucuruí.

Referimo-nos também, Srs. Deputados, aos programas energéticos, que abrangem o programa nuclear, o PRÓ-ÁLCOOL, a produção de petróleo, a exploração do xisto, o gasoduto Brasil-Bolívia e outros projetos de energia elétrica, como o de Itaipu.

A megalomania oficial representada por esses grandes projetos, inclui os programas de telecomunicações e de transporte ferroviário, os portos e a construção naval, as obras de saneamento a cargo do PLANASA e do PROMORAR.

Na área da agricultura, Srs. Deputados, existe o programa dos cerrados, de irrigação das várzeas e o Polonoroeste.

E existem ainda os programas ligados ao setor siderúrgico, à indústria de cimento e a petroquímica no Rio Grande do Sul.

## III

Esses grandes projetos, nunca é demais repetir, somam mais de US\$ 299 bilhões. Enquanto isso, Srs. Deputados, a

inflação de cem por cento e os mecanismos oficiais de controle foram acionados para ESFRIAR a economia e aí está a causa maior do desemprego e do subemprego no País.

A sociedade brasileira tem sofrido o peso da concentração de renda; da dívida externa; da crise dos serviços básicos de saúde, educação e habitação; das migrações e da urbanização acelerada. E a tudo isso se chamou recessão e os culpados, na visão oficial, foram a crise mundial e as pressões salariais. Isto é segundo o Governo, o culpado é o mundo e o povo.

## IV

É inegável, Sr. Presidente, que expressivo número dos chamados grandes projetos foram concebidos no exterior, em forma de estudos preliminares como é o caso de Carajás; acordos e programas de investimentos, como ocorreu com o programa nuclear.

Há alguns casos em que extensas áreas do território nacional são ocupados economicamente por programas de tal magnitude, que quase se configura a existência de um Estado dentro do Estado. É o caso do programa dos cerrados, concebido pela "Japan International Corporation Agency", que reproduz a concepção do projeto JICA.

As consequências, Srs. Deputados, são facilmente identificáveis:

- perda do poder de decisão sobre extensas áreas do território nacional e sobre setores de sua economia;
- exploração predatória de recursos naturais;
- perda de oportunidades para implementação de planos adequados de desenvolvimento, que beneficiem as populações das regiões atingidas por esses programas;

- aumento das dificuldades para impulsionar um plano alternativo de desenvolvimento econômico e social em benefício da sociedade brasileira.

## V

Em grande parte, o objetivo desses projetos é o fornecimento de matérias-primas às indústrias ou mercados dos países desenvolvidos, especialmente minérios e produtos agrícolas. Tais produtos, Sr. Presidente, são negociados nos mercados internacionais, sob regras e controles de empresas multinacionais, que visam garantir a manutenção de preços baixos, por várias décadas.

E o que é pior, Srs. Deputados: além do suprimento de matérias-primas, alguns desses projetos fornecem serviços a preços baixos e na escala requerida pelas empresas multinacionais. É o caso das grandes hidrelétricas, como Tucuruí, que é basicamente um projeto de apoio aos complexos de alumínio da ALCOA, empresa multinacional dos Estados Unidos, e da nipo-brasileira ALBRÁS-ALUNORTE, próximo a Belém do Pará.

Esses projetos de serviços básicos representam pesada carga financeira para o País, e grandes benefícios para os seus usuários, as empresas multinacionais, o que explica o aval do Banco Mundial às chamadas obras faraônicas.

É o Banco Mundial que estabelece as regras do jogo das operações financeiras; determina os co-financiadores; e negocia com eles, juntamente com os tomadores de empréstimos; é o Banco Mundial que dá a necessária credibilidade às operações, para que os financiadores externos delas participem.



Como resultado desta bem organizada conspiração contra a economia nacional, vemos que a dívida externa crescente representa a perda de decisão do Governo Federal sobre os grandes projetos e a conseqüente transferência maciça de rendas geradas pela sociedade para os banqueiros internacionais.

O volume de investimento do conjunto dos grandes projetos governamentais é muito elevado, mesmo em comparação com economias mais desenvolvidas. Por exemplo: o total de investimentos com juros, dos 33 programas aqui analisados, corresponde a quase a metade do orçamento dos Estados Unidos para 1982, que foi de US\$ 723 bilhões.

## VI

Enquanto isso, Sr. Presidente, os projetos que atenderiam as necessidades internas, como é o caso da malha básica de trens suburbanos, além de menores, são sistematicamente atrasados. E a produção de alimentos é relegada a uma posição secundária.

Esse conjunto de programas governamentais representa uma hipoteca do futuro do País. A sociedade brasileira paga a conta, mas não é a maior beneficiária. Ao contrário, ocorre todo um processo de expropriação.

As decisões governamentais, Srs. Deputados, nascem nos gabinetes fechados do Palácio do Planalto e dos Ministérios da área econômica e são impostos à Nação. Mas, os seus efeitos devastadores logo se fazem sentir sobre todos os brasileiros.

Diante de programas que por sua magnitude comprometem as futuras gerações, suas excelências não se julgam no dever de prestar contas à Nação, reagindo com impaciência e irritação diante das críticas, portando-se como autênticos donos da verdade. Em 4 de setembro de 1982, o Ministro das Minas e Energia, César Cals, explicou à sua maneira o chamado "Plano 2.000", que concentra as ações do Governo em setores tão importantes como as fontes alternativas de energia, o petróleo, a energia elétrica, o carvão e a energia nuclear. Disse então o Ministro que somente na área das hidrelétricas, os investimentos programados até 1985, a preços de junho de 1981, totalizam 2 trilhões e 572 bilhões de cruzeiros.

Dê-se-ia, Sr. Presidente, que entre outros fatores, o progresso de um povo se mede pelo consumo de quilowatts e que o Governo está sendo providente ao realizar obras de tal envergadura. Tal afirmação muito corriqueira no jargão oficial, nos daria o direito de replicar, lembrando que mais importante que a geração de quilowatts, seria atender as necessidades básicas da população, em termos de moradia, saneamento, educação, emprego, salários condignos, melhores condições de transportes, etc. Um País que tem tantas carências, até por uma questão de bom senso, deve aplicar os seus recursos, que são escassos, com extremas cautelas, a fim de não agravar as desigualdades sociais e regionais.

## A DÍVIDA EXTERNA É FILHA DO AUTORITARISMO

De 1955 com Juscelino Kubitschek de Oliveira, a 1983, com João Figueiredo, a dívida externa brasileira cresceu em 3.400% passando de US\$ 2,5 bilhões para mais de US\$ 90 bilhões.

Juscelino entregou o governo com a dívida externa de US\$ 3,4 bilhões e durante a curta gestão de Jânio Quadros, os débitos externos caíram para US\$ 3,3 bilhões, diminuindo mais ainda com João Goulart, que deixou o governo com uma dívida externa de US\$ 3,1 bilhões.

Nos períodos de Castelo Branco, de Costa e Silva e da Junta Militar, a dívida brasileira se manteve em níveis razoáveis. Garrastazu Médici recebeu da Junta Militar uma dívida de US\$ 4,4 bilhões, transmitindo o poder a Ernesto Geisel com US\$ 12 bilhões.

Geisel por sua vez, Srs. Deputados, transmitiu o cargo ao

General Figueiredo com uma dívida externa de US\$ 43,5 bilhões e este, muito antes do término do seu mandato, elevou essa dívida a mais de US\$ 90 bilhões.

## VII

O que houve pelo caminho não foi apenas o estouro dos preços do petróleo e a alta taxa dos juros internacionais. O Plano de Metas de Juscelino e a construção de Brasília, e a implantação da indústria automobilística, foram apenas uma gota d'água no oceano de tudo isto que vem acontecendo. Houve a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e o início da construção das usinas de Itaipu e Tucuruí, entre outros projetos faraônicos do Governo Médici, que criou além disso, o famoso "milagre" brasileiro, tendo como escudeiro a controvertida figura de Antônio Delfin Neto, então Ministro da Fazenda.

Geisel deu prosseguimento às grandes obras iniciadas por Médici, acrescentando mais algumas: os metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, as usinas nucleares, a siderúrgica de Tubarão, a hidrelétrica de Sobradinho, a Açominas, a Alunorte, o Polo Petroquímico Sul, o Poliamazonia. Polocentro, Polonoroeste etc. Tudo isso engordou a dívida externa brasileira.

## O GOVERNO PERDEU O CONTROLE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Irresponsabilidade e incompetência são termos demasiado suaves, Sr. Presidente, para definir o comportamento dos mentores de nossa política econômica. Demonstraremos aqui e agora que também a dívida pública do Governo tem crescido sem nenhuma parcimônia: de janeiro a dezembro de 1982, a dívida interna do País cresceu mais de 140% em relação a dezembro do ano anterior, alcançando 7 trilhões e 86 bilhões de cruzeiros, o que antes da maxidesvalorização de nossa moeda correspondia a US\$ 35 bilhões ou 40% da dívida externa brasileira.

Cifras assustadoras e absurdas, Srs. Deputados, mas que ainda estão muito distantes da realidade. A previsão atual dos economistas consultados pela revista "Isto é", indica que até dezembro de 1983 a dívida interna pública será de 16 trilhões de cruzeiros.

E aí está a causa real da inflação e da recessão que aflige os brasileiros: os gastos governamentais crescem como bola de neve, sabendo-se que apesar das restrições anunciadas pelo Governo no início deste ano, os investimentos das empresas estatais este ano serão de 20 trilhões de cruzeiros, alcançando mais de 62 trilhões de cruzeiros até 1985.

## VIII

Em 29 de outubro de 1982, Sr. Presidente, o "Wall Street Journal" contava o governo brasileiro, que admitia uma dívida externa de US\$ 72 bilhões. Segundo o "Wall Street Journal" a dívida externa brasileira no final de 82 seria de US\$ 87 bilhões, contra US\$ 81 bilhões do México, que tem condições mais vantajosas de enfrentá-la, pois é grande exportador de petróleo e pode contar, a cada ano, com uma entrada líquida de US\$ 4 bilhões, resultantes do turismo e comércio de fronteiras com os Estados Unidos.

Em dezembro de 1982, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico refez as contas e concluiu que a dívida externa brasileira era de US\$ 97 bilhões. Ignoramos o total da nossa dívida externa hoje, mas sabemos que só para honrar o serviço da nossa dívida, o País terá que desembolsar em 1983, a bagatela de US\$ 18 bilhões e 200 milhões, o equivalente ao total da dívida externa do Chile, o nono grande devedor mundial.

Comentando a dívida externa brasileira, o economista



Gilberto Paim costuma dizer que "caboclo pendurado no barracão não pode mudar de seringal". Significa, Sr. Presidente, que no lastro de nossa dívida, os credores ganham mais do que os juros. Se encontrássemos montanhas de ouro em Serra Pelada, capaz de honrar na hora tudo que devemos, haveria pânico em "Wall Street". A dívida só não é bom negócio para nós".

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) — Queria congratular-me com o Deputado Rubens Bueno por esse pronunciamento realista, profundo e atualizado.

Com relação à citação sobre o projeto nuclear, foram dois bilhões de dólares que o Brasil aplicou em usinas que ainda não estão funcionando. Os grandes projetos, os projetos faraônicos contrastam com a fome e a miséria. O Brasil é efetivamente um País de contrastes. O Chefe da Nação percorre o País, de norte a sul falando em sucessão. Usa o horário nobre da televisão para falar em sucessão. Deveria, isto sim, o Chefe da Nação renunciar ao cargo, pedir desculpas ao povo brasileiro, reconhecer a incapacidade do Governo implantado em 1964 e programar imediatamente eleições livres e diretas.

É preciso criar neste País um clima nacionalista, para salvar esta grande Nação. O regime de 64 deteriorou as nossas instituições, incrementou e fomentou a corrupção hoje institucionalizada neste País e ao mesmo tempo que mata o povo brasileiro de fome. É hora de exigir a renúncia de todos os membros deste Governo nefasto e antinacional, antipovo. Muitos dos candidatos aí, os presidencialistas, que estão a aparecer na imprensa, ao invés de estarem por aí pedindo votos, fosse este um País sério, eles estariam respondendo a processo por desmandos.

Pobre País este nosso, fundo de quintal do imperialismo norte-americano. Mas, nobre Deputado Rubens Bueno, o povo saberá fazer a "hora".

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte, Deputado Fiori Luiz e aliás incorporo com muito prazer ao meu discurso.

(Continua lendo): "Para adquirir dólares, somos obrigados a comprar lá fora, o que poderíamos produzir mais barato, aqui mesmo. Com isso, cresce o desemprego e se aviltam os preços dos bens primários que precisamos exportar, para suprir, pelo menos em parte, nossas necessidades cambiais.

E a situação do País é muito pior do que se imagina. O Brasil está pagando títulos em cartório, como eterno dependente da agiotagem internacional. Entendemos, Sr. Presidente, que a solução dos problemas econômicos, assim como o aperfeiçoamento das instituições democráticas, só será possível se houver um consenso nacional em busca de modelos alternativos de desenvolvimento, passando obrigatoriamente por uma Assembleia Nacional Constituinte e o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis, de Vereador a Presidente da República.

#### ESTE MODELO ECONÔMICO NÃO PODE CONTINUAR

Às 18 horas e 10 minutos do dia 18 de fevereiro deste ano, uma sexta-feira, véspera de carnaval, o Governo decretou a maxidesvalorização cambial em 30 por cento, provocando uma onda de protestos em todo País.

O vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Nildo Massini, não poderia ser mais categórico.

Disse ele:

"Uma loucura. É só o que posso dizer a esse respeito. Para beneficiar 10 por cento da economia, ou seja, as exportações brasileiras calculadas em US\$ 23 bilhões, o Governo provoca a ruína de 90 por cento, isto é, o restante das atividades econômicas, que hoje devem estar em torno de US\$ 250 bilhões. O mais preocupante é a desorientação que afeta a população e o empresariado nacional. Não íamos ao FMI e fomos; não haveria mudanças na política salarial e acabou mudando; não seria promovida maxidesvalorização alguma, e ei-la nesta sexta-feira negra".

O Deputado Hélio Duque, então Presidente da Comissão de Economia da Câmara Federal, assim se manifestou:

"A situação brasileira, que já é dramática, tende agora a assumir proporções ainda mais alarmantes, com o recrudescimento da espiral inflacionária. A maxidesvalorização foi uma imposição da comunidade financeira internacional. A política dos banqueiros internacionais passou a tutelar de maneira ainda mais agressiva a nossa economia".

O economista Marco Antônio Campos Martins assim se expressou: "E aí estamos com mais um atentado contra os interesses nacionais. A dívida externa que está aí, contabilizada, encontra-se por volta de US\$ 80 bilhões. Ao câmbio de ontem, esses dólares equivaliam a um passivo de 22 trilhões e 400 bilhões de cruzeiros. Ao de hoje, a um passivo de 29 trilhões, 120 bilhões de cruzeiros, 30 por cento maior. Ou seja, as autoridades econômicas brasileiras acabam de dar um presente para os credores externos, de 6 trilhões e 720 bilhões de cruzeiros, ou, o que dá no mesmo, 24 bilhões de dólares em termos reais. Em outras palavras, o que acaba de ser perpetrado foi uma das mais descaradas façanhas de entreguismo deste País: o entreguismo por atacado. O que se fez, realmente, foi a maxidesvalorização do Brasil".

#### IX

Não há dúvida, Srs. Deputados, que os Ministros da área econômica conseguiram levar este País à falência. Tanto isto é verdade, que o Brasil deve pagar este ano US\$ 23 bilhões. E com muito otimismo, o Governo espera que o País exporte este valor. Ou seja, todo o montante das exportações bastaria apenas, para atender os compromissos existentes e não sobraria um centavo de dólar, para financiar as importações, calculadas em US\$ 17 bilhões.

É por isso que os economistas mais responsáveis deste País e o Senador Teotônio Vilela afirmam que o acordo com o FMI é inútil e que o Brasil deve declarar a moratória, suspender o pagamento das prestações da dívida paga, depois, junto com outros países em desenvolvimento, negociar esta dívida para pagamento em 25 anos, sem juros.

Por que o Brasil não declara a moratória, rompendo com os banqueiros internacionais? Porque a moratória significaria a suspensão da dívida mas o País teria que continuar importando, inclusive petróleo, para manter a sua economia em funcionamento. Rompendo com os banqueiros internacionais, não teria muito crédito e teria que pagar à vista. Como o Brasil não dispõe de nenhum centavo de dólar de reserva, não teria como importar e a sua economia entraria em parafuso.

É por isso, Sr. Presidente, que ao invés de declarar a moratória unilateralmente, o Brasil vem pedindo aos banqueiros que adiem o pagamento das prestações que vencem este ano. SIGNIFICA QUE O BRASIL JÁ pediu a moratória e que este modelo econômico imposto à Nação pelo autoritarismo está falido e não pode continuar."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Por 15 minutos, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “O nobre Deputado Erondy Silvério leu na última semana, uma carta anônima, de um funcionário despedido, e não em consideração ao anônimo, mas ao nobre Deputado, hoje passamos a respondê-la:

A carta do funcionário, que se diz “oprimido”, é mais uma prova incontestada da intenção que têm alguns cidadãos, inconformados com a derrota do PDS, de tumultuar e deturpar o processo de mudanças nas áreas da Administração Pública.

Na verdade, houve uma interpretação maldosa e proposital de 02 (duas) determinações legais, ordens internas da Secretaria da Jusitça, que podem, à primeira vista, de quem não vive a situação, ou de quem quer deturpar os fatos, causar espécie. Concordamos, isto sim, que PORTARIAS, nada mais são do que expedientes burocráticos e, como tal, frutos do autoritarismo - tipo de linguagem oficial - infelizmente, ainda utilizada para se disciplinar atos e serviços da Administração Pública.

Entretanto, é preciso esclarecer que, as determinações foram baixadas para se coibir, para se disciplinar os abusos cometidos, os privilégios e as atitudes discriminatórias, em vigor na Secretaria de Justiça. Senão, vejamos: Alguns funcionários daquela Secretaria, não só os assalariados, mas SOBRETUDO, funcionários 1-C e 2-C, Chefes de Seção, permaneciam nas dependências da Secretaria, na hora do almoço e, ali, nas mesas de trabalho, faziam suas refeições (não trazidas de casa) mas, vindas da Penitenciária Provisória do Ahu, prática instituída em época de campanha eleitoral, para beneficiar alguns e iludir outros. Explicamos: Diariamente, às 11:30 horas, os motoristas dirigiam-se à P.P.C., para buscar as “marmitas” dos funcionários da Sede, enquanto para aquela Unidade, transportavam os “office-boys”, que lá almoçavam. Deixavam as “marmitas”, que eram distribuídas pelas cantineiras, nos pratos respectivos, conforme o grau de influência dos funcionários. Se eram Chefes, se emprestavam dinheiro para as cantineiras, oportunizando-se pequenos privilégios, recebiam “dois bifês” e o melhor da marmitta.

Os demais, assalariados, estes eram servidos, por último, às vezes recebiam até restos. Havia, ainda, aqueles que, verdadeiros “bóias-frias do funcionalismo público” traziam marmitas de casa, esquentando-as em fogareiros, nas Seções, pois não contavam com o apadrinhamento dos “donos das Marmitas”. Os motoristas depois desse leva-e-traz com carros oficiais, retornavam à PPC, para almoçarem, enquanto outros motoristas, privilegiados, almoçavam tranqüilamente em casa, com duas horas de espaço.

A situação tem sido bem mais grave. Citamos, por exemplo, a medida tomada pelo Dr. Diretor da PPC., IRINEU BRZEZINSKI, tencionando democratizar as relações no presídio, ordenou comessem os presos as mesmas refeições que o pessoal da Administração. Resultado, na primeira oportunidade, as refeições foram desviadas e não passaram da cozinha. As pessoas estão viciadas e as práticas continuam, razão pela qual, resolvem-se tomar medidas disciplinares.

Entendemos que ao ESTADO, não cabe a obrigação de “dar refeições” aos funcionários. Entendemos, que tal medida foi mais um dos engodos politiqueros do paternalismo. Contu-

do, entendemos também, a situação de alguns assalariados, a dificuldade de locomoção, a situação humilhante do “bóia-fria do funcionalismo público”.

Como motoristas e office-boys já faziam suas refeições na PPC, oficiou-se, Sr. Diretor daquela Unidade, credenciando alguns outros assalariados, a quem sobravam os “restos”, para também, fazerem suas refeições lá, naturalmente, depois de ouvi-los. É lógico que tenham preferido. Comida quente, servida sem privilégios, nem discriminações, gratuitamente. (Doc. nº 01, anexo). Não foi em nenhum momento proibido ao assalariado ou a funcionário quem quer que seja “trazer de casa marmita ou alguma coisa para comer no horário das ditas refeições” (sic). (Doc. nº 2, anexo).

Ao contrário, algumas funcionárias (não apadrinhadas) comiam, nas suas respectivas Seções de trabalho, no sub-solo, esquentando suas marmitas em fogareiros, em condições difíceis, perigosas e antihigiênicas. Estas mesmas funcionárias passaram a utilizar-se dos fogões da Cantina e, finalmente, hoje, solicitaram também, que fossem credenciadas para o almoço no refeitório da PPC., por ser mais cômodo e gratuito. (Doc. nº 3, anexo).

Foi sim, posto ponto final, aos abusos e privilégios. Porque o ilustre Deputado há de convir, que não é racional, que funcionários façam suas refeições nas mesas de trabalho (quando existe Cantina) e ainda mais, contém o horário de almoço como hora trabalhada, simplesmente porque permaneciam nas seções. Mais irracional ainda, porque traziam esposo, namorado e irmão para o almoço, pessoas estranhas àquela Secretaria.

Naturalmente, o subscritor “funcionário anônimo” deva ser algum comissionado (1-C e/ou 2-C) - pessoas de confiança da direção anterior - que perdeu o privilégio e, não queira desembolsar Cr\$ 360,00 no restaurante do prédio das Secretarias, ou Cr\$ 350,00 no restaurante do Palácio, onde o Sr. Secretário faz suas refeições, nem tampouco se mistura com os demais funcionários que almoçam na PPC, por puro preconceito.

Ninguém fica zangado pelos pátios (como diz o subscritor funcionário oprimido). Existe no prédio das Secretarias, sala de recreação, TV, e todos têm acesso livre às seções. Só disciplinou-se o uso indevido do telefone fora do horário normal de expediente, com respeito a ligações interurbanas particulares, não assumidas pelos funcionários posteriormente. E, o controle das horas normais trabalhadas, ninguém precisa se sujeitar a pagar Cr\$ 500,00 por um almoço, porque as refeições custam Cr\$ 360,00 (Doc. nº 4, anexo). Cr\$ 7.200,00, com refeições saudáveis e sem locomoção por ônibus no horário do almoço, não é um assalto ao bolso do funcionário. E além do mais, se está caro, fica por conta do baixo salário, dos levantamentos absurdos, que o governo faz, por ocasião do cálculo do salário-mínimo. Na verdade, temos muitos funcionários celetistas percebendo, aquém do novo mínimo. Todos ganham mal. O Estado é um mau patrão. Mas não é uma situação nova. Foi a herança deixada pelo PDS. Mas, nem por isso, teremos que transformar essa Secretaria em instituição de caridade. Paternalismo e Assistencialismo, tenho claro, não são diretrizes do PMDB.

As PORTARIAS' como reconhecemos, tem linguagem autoritária, mas os detalhes e procedimentos, que dela constam, foram discutidos democraticamente com os funcionários.

Foram tomadas medidas disciplinares e restritivas, também, quanto ao cafezinho; e, embora seja assunto de “cozinha”, antes que outro “oprimido” escreva aos defensores do povo, estamos informando a Vossas Excelências sobre a medida. Vinha sendo gasto 2,5 kilos de café, 5 kilos de açúcar, 18 pa-

cotes de leite, por dia para servir a 40 ou 50 funcionários da sede. Reduzimos os gastos. Agora, o café está sendo servido nas Secções, duas vezes ao dia, sendo que, à tarde, é servido também, pão e margarina. Tudo individualmente, sem discriminações, nem exceções. Tomou-se tal medida, após, ouvir-se as queixas dos Setores, que apontavam café frio, desperdício de gêneros, influência na distribuição dos lanches. (Doc. nº 05).

São medidas internas, apoiadas pela maioria absoluta dos funcionários, com exceção de 3 ou 4, que decididamente, manobravam as Chefias e Diretoria e, agora, vêm tolhida sua antiga prática. Por que "manobravam", será outro capítulo que tomaremos o cuidado de documentar para trazermos a esta Casa.

É lamentável que tenhamos de tornar precioso tempo da Casa para ocuparmos com assuntos miúdos, que mais dizem respeito à administração interna daquela Secretaria, do que ao interesse de um Deputado, em tempos de crise política como estes. Bastante salutar e importante, seria com a presença de Vossas Excelências para que de perto, e a viva voz ouvissem os reclamos daqueles nossos funcionários, que não são o do funcionário oprimido, mas legítimos - como a luta permanente pela dignidade de quem trabalha e, conseqüentemente, por melhores e mais justos salários.

Resolveu-se ainda, o problema dos funcionários fantasmas e fantasmas de meio expediente, para que os assalariados e demais funcionários, que cumprem suas obrigações pontualmente, não nos impinjam discriminações no horário e tratamento. A questão é simples respeito aos que trabalham.

Acreditamos estar iniciando um trabalho sério, com propostas democráticas e dentro das diretrizes do PMDB - valorização do homem e do trabalho.

E, se assim, não formos entendidos, nos nossos propósitos, ao tomarmos medidas disciplinares e democráticas, que moralizem os serviços públicos e respeitem direitos iguais, não saberemos o que estamos fazendo aqui no Paraná.

Causa-nos espécie, isto sim, que alguns Deputados do PDS, a título de camuflar e tumultuar o processo de instalação do Governo Richa, levam à Rádio e à TV, assuntos como estes, deturpando a leitura de documentos, continuam naquela demagogia barata, quando na verdade, deveriam é mais, usar da tribuna e dos meios de Comunicação, que lhes são francamente abertos, para apontar fraudes, corrupção, desmandos, manobras do sistema, que aí está instalado para todos serem vítimas e que absurdamente muitos ainda dependem.

No momento em que a sociedade brasileira tem mais é que discutir o desemprego, o arrocho salarial, a fome, a miséria, o caos, esquecem os Srs. Deputados de exercer o Poder Legislativo, com toda sua força e legitimidade.

Contamos com o brilhantismo de Vossa Excelência, "nobre Deputado Erondy Silvério, como ex-Líder do Governo, não para fazer defesas como esta, mas sobretudo para apoiar-nos nesta administração, que se pretende democrática e honesta e, para defender nossa proposta de implantação de um novo sistema penitenciário."

Sr. Presidente, passo então às mãos do nobre Deputado Erondy Silvério a documentação que me foi enviada da Secretaria da Justiça. Aqui um ofício do Diretor Geral daquela Secretaria ao Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, em data de seis de maio.

"Estamos encaminhando a Vossa Excelência relação anexa dos funcionários credenciados por esta chefia, para realizarem suas refeições no restaurante da Prisão Provisória de Curitiba.

Sem outro particular para o momento, renovamos protestos de estima e consideração".

Aqui está a relação de funcionários que foi acrescida, no último dia 15, por mais um grupo de funcionários, conforme relação anexa. É de se esclarecer que apenas alguns funcionários iam almoçar na penitenciária. Era um costume implantado na Secretaria. Agora democratizou-se. Consultou-se aqueles que pretendiam Almoçar. Porque na penitenciária faz-se uma grande quantidade de comida e, normalmente, sempre sobra. Então os funcionários da administração estão indo lá fazer as refeições.

Um outro documento que está aqui incluso é porque um funcionário oprimido disse não poder gastar 500 cruzeiros de refeição por dia.

O ofício 3/83 - 11.04.83, da firma Erasmo Silvestre de Freitas & Cia. Ltda., à Secretaria de Estado e Justiça - assunto: reajuste nos preços das refeições.

Tem este a finalidade de comunicar-lhes, que a partir do dia 01 de abril as refeições foram reajustadas ao preço de 300 cruzeiros para 360 cruzeiros.

Outrossim, fica estabelecido que o reajuste acima terá validade para o segundo trimestre do corrente ano, portanto como o funcionário oprimido que não subscreveu a carta que era 500 cruzeiros e sim 360 cruzeiros uma refeição. E aqui está, inclusive são requisições de material que provavelmente que se consumiam em média 2,5 quilos de açúcar e 5 quilos de açúcar e 18 pacotes de leite, para apenas 40, 50 pessoas tomarem café.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário.

Com a palavra o Deputado Roberto Requião, por 10 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, algumas pistas para as patrulhas, rodoviárias e ideológicas. Algumas obras públicas, que deveriam ser produtos de convênios com a Comec, foram pagas e não foram realizadas. Chamo a atenção dos patrulheiros para que observem a Praça da Independência no Município de Contenda, que deve ter feito a independência de alguma construtora, que recebeu as verbas e não construiu a praça. Chamo a atenção também para a estrada de Curitiba a Araucária, que foi paga e não foi construída.

Chamo ainda a atenção das patrulhas, que desta vez terão a oportunidade de se preocupar com a dispersão das verbas públicas, sobre um convênio da Comec, com a Iaurif; Instituto de Administração e Urbanismo da Ilha de França, cujo pagamento foi glosado pelo Banco Central. Das duas uma: ou não foi pago, o convênio, ou foi pago com dinheiro desviado e transportado ilegalmente para fora do País. Ficam as patrulhas com encargo mais sério do que a vigilância de automóveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Pela nossa Constituição, vivemos há quase 100 anos em regime republicano. Um século, Srs. Deputados, representa mais de uma vida. Justamente neste século é que passamos por duas guerras mundiais e pelas maiores transformações da História da Humanidade. A República Federativa do Brasil, guardem bem este nome, acompanhou e assinalou, certamente, essas transformações fundamentais. Os detentores do poder - estes mesmos do movimento de 1964 violando abertamente a Constituição, entretanto, continuam achando que o País está dividido em capitânicas hereditárias. Repito, o homem já está explorando galáxias e os dirigentes desta Nação pensam que continuam

reinando em castelos inexpugnáveis, isolados por fossos, protegidos por lanceiros, espadachins e cavaleiros com bacamartes. De sua torre de marfim, o rei, com pena e tinta de ultramar, assina éditos. E depois se farta em banquetes com especiarias da Índia, caviar do Czar da Rússia e o champanhe de Luís XV.

Este dispositivo, o Poder Autoritário, não está apenas na centralização absoluta das decisões e nos mandos e desmandos. O Poder Autoritário é algo bem palpável e reconhecível. Manifesta-se no imposto indireto, nos favores aos subservientes, no salário do trabalhador, na corrida desenfreada ao emprego, no desemprego, nas filas da previdência, na divisão das rendas, nas condições de vida do "bóia-fria", na facilidade às multinacionais, etc. Poderia enumerar aqui, se os Srs. Deputados quisessem. Isso seria contra-producente, em termos práticos, porque o meu objetivo nesse discurso é outro. É o objetivo do povo, manifestado claramente nas urnas de 15 de novembro, é varrer deste chão, de uma vez por todas, o Poder discricionário e a arbitrariedade.

Eliminar o mal pela raiz. Esta é a palavra de ordem. É o remédio, muito conhecido por sinal, para esta solução e só a democracia lenta e gradual, 37,5 por cento de democracia, democracia à moda Uruguia ou democracia à moda Argentina, são os arremedos criados na desesperada tentativa de, inventando miragens, manter-se o castelo. Só que o tempo mostrou que o castelo inexpugnável é de areia. Que os lanceiros e espadachins são espantalhos.

O resultado de 19 anos de autoritarismo não só está à vista mas está queimando a carne, furando os bolsos. A astronômica dívida externa, o desemprego, a falência dos municípios e dos estados, os escândalos financeiros, a inflação o descontentamento e a penúria de nosso povo está aí para provar.

Demitir ministros, remendar, nada resolverá, trocar Delfin por Roberto Campos é trocar seis por meia dúzia. Nós precisamos efetivamente, é de eleição direta para a Presidência da República. E com urgência... E vamos lutar com as nossas forças para obter a conquista de uma Assembléia Nacional Constituinte. Basta de política de compradrio e de acordos de campanário. Precisamos reformular nosso modelo econômico. E o povo dirá, através do poder político, manifestado na Assembléia Nacional Constituinte, quais os caminhos que deveremos seguir, o povo conhece, vive seus problemas. Por isso, somente o povo pode resolvê-los.

A realidade objetiva está a colocar questões sérias e mesmo o Governo do arbítrio é obrigado a formular propostas sérias como a recente Lei de Desenvolvimento Urbano.

Desta vez, o rei estende realmente a mão ao povo. E nós a apertamos. Tomamos da mão estendida, acatamos o gesto concreto de preocupação popular e amizade, e oferecemos a nossa colaboração. A contra-partida da Oposição ao regime é abrir a discussão sobre as reformas que o País precisa. Ao projeto de desenvolvimento urbano, não fazemos reparos. É um começo. E um bom começo. Continuemos analisando as outras reformas, agrária, trabalhista e previdenciária, financeira e tributária. Vamos dar substância à discussão da constituinte que garanta a retomada do desenvolvimento. A cessação do pagamento da dívida externa que desafogue o País.

Vamos eleger, por voto universal, direto e secreto o Presidente da República Federativa do Brasil.

Que não seja a mão estendida relativa, lenta e gradual. 37,5 por cento de mão estendida, mão estendida à moda argentina, mão estendida à moda uruguia.

Que seja a mão firme, forte e sincera de um irmão, que foi tocado pelo sentido da História e quer liderar a abertura de

novos caminhos.

Esta mão, a Nação aperta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

Com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz, por 7 minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nos últimos dois meses, a Bancada do PDS, nesta Casa, não se preocupou com outra coisa a não ser criticar e denunciar perseguições. Falou-se na constituição de patrulhas ideológicas que se destinavam só a perseguir funcionários identificados com o governo anterior.

Pura mentira, farsa. Na verdade quem persegue não é o PMDB, mas sim o PDS, que agora constituiu a sua patrulha particular sob a coordenação do ex-Governador Paulo Pimentel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná entrou com um mandato de segurança contra uma das empresas do ex-Governador, a Rádio e TV Iguaçu. Motivo: perseguição política.

Funcionário há vários anos daquela empresa, o jornalista Fernando Fanuchi foi convidado a chefiar a reportagem da Rádio Estadual do Paraná. Foi o suficiente para que a patrulha Pimentel começasse a funcionar. Primeiro, mudaram o horário do jornalista. Ele trabalhava há um ano e meio das 17 às 22 horas, como determina a lei. Sabendo que antes ele estaria na Rádio Estadual, a emissora trocou o horário, obrigando-o a trabalhar à tarde. Fanuchi não aceitou a mudança. No dia seguinte foi trabalhar no horário de costume e foi barrado à porta. Estava determinado que ele não poderia mais entrar no seu local de trabalho, fato testemunhado pelos jornalistas Sandra Pacheco e Cláudio Dalla Beneta.

Era a ação da patrulha que chegava ao seu auge.

Só que, para azar do Sr. Pimentel, o jornalista Fernando Fanuchi é um dirigente sindical e assim possui imunidade. Este fato comprova que quem persegue não é o PMDB, mas sim, aquele que desde já aparece como candidato ao Governo pelo PDS. O Sr. Paulo Cruz Pimentel, tão perseguido ontem por grupos econômicos e tão perseguido, principalmente, pelo General Ney Aminthas de Barros Braga, hoje numa atitude revanchista, persegue jornalistas num ato deplorável, que não fica bem ao empresário de comunicação que fala tanto em democracia, diálogo e justiça.

Existem agora três patrulhas organizadas. A rodoviária, a ideológica e agora a radiofônica. Sem maiores comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Por 5 minutos fará uso o eminente Vice-Líder, o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sábado passado, dia 14 do corrente, tivemos a oportunidade de, acompanhados pelo Deputado Federal Renato Johnson, o ex-Secretário da Indústria e Comércio Fernando Fontana, e juntamente com o atual Secretário da Indústria e Comércio Francisco Simeão e de nosso colega nesta Casa, Deputado Tadeu Bento França, de participar da inauguração da Coperval, Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Vale do Ivaf.

Foi para nós motivo de muita satisfação, nós que brigamos

muito para a reativação da Cooperativa dos Cafeicultores em Jandaia do Sul e naquela época fomos impedidos pelos tecnocratas, principalmente do Incra, que dizia ser ali uma área de ação de uma outra Cooperativa, impedindo que fosse reativada a Cooperativa dos Cafeicultores de Jandaia do Sul, e graças a um entendimento com o Presidente da Comari de Mandaguari, que nos cedeu uma carta autorizando que fosse instalada a Coperval em Jandaia do Sul, nós pudemos ver coroado de êxito, no sábado, este grande empreendimento que já está dando um emprego direto para 200 pessoas naquela cooperativa, e indireto para 400 famílias e outros temporários aos cortadores num total de mais de mil pessoas.

Nós pudemos ver a euforia, a alegria daquele povo, naquele momento da inauguração. Quero nesta oportunidade apresentar um requerimento congratulando-me com os diretores através do seu Presidente Ramiro Marques, de seu Vice-Presidente Hermínio Vinholi, do Secretário Hélcio Rabaci e dos diretores Amílcar Cristovão, Antônio Costenaro Netto e Ivair Farinazzo, por este acontecimento que é motivo de satisfação para todo o povo daquela região.

E dizia eu naquele momento ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, que gostaria de ver o empenho daquela Secretaria junto ao Governador do Estado, para que prestigiasse aquele programa da Metronor na região, para que pudéssemos assistir a instalação de outras indústrias, evitando que desbravadores daquela região que ali moram há mais de trinta anos, tenham que deixar os seus municípios para procurarem emprego, porque a situação é calamitosa. Aquela região é essencialmente agrícola, onde há bem pouco tempo predominava o café, que era o grande mercado de trabalho e foi substituído pelo trigo e pelo soja, com os maquinários funcionando naquela região, muitos criticam a substituição pela cana.

Mas nós vemos com satisfação a cana substituir a soja, mas com mais alegria ainda, o homem substituindo o maquinário.

E é isto que nós queremos que aconteça naquela região, outros empreendimentos que possam garantir trabalho aos moradores da região de Jandaia e dos municípios do Vale do Ivaí.

O requerimento que encaminhamos à Mesa é vazado nos seguintes termos: Lê.

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Vale do Ivaí, pela inauguração no dia 14 de maio, do seu complexo agro-industrial dedicado à destilação de álcool. Da aprovação, requer seja dado ciência através do Presidente da Cooperativa, Sr. Ramiro M. Marques, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário. Com a palavra o Deputado Edgard Pimentel, por sete minutos.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A produção e a comercialização de aves, notadamente frangos, ao ganhar isenção do ICM, recebeu vigoroso alento para o seu desenvolvimento. Basta dizer que algumas cooperativas paranaenses, encorajadas pelo benefício fiscal, ingressaram vitoriosamente na industrialização avícola. A Cooperativa Consolata, no recém-criado Município de Cafelândia, representa hoje o mais forte esteio econômico regional graças a um dinâmico e crescente setor de industrialização avícola. Em Dois Vizinhos o grupo Sadia desempenha a função de maior exportador brasileiro de frangos e patos, destinados principalmente aos países árabes.

O incentivo, inicialmente estabelecido pela Instrução

SEFI 535/76, da Secretaria das Finanças, foi posteriormente reformulado, mas sem perda da essencialidade do benefício. A última configuração fiscal resultou do convênio no 8, de 17 de junho de 1982, firmado entre o Ministério da Fazenda e as Secretarias dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que concedeu isenção temporária do ICM até 30 de junho de 1983.

No próximo dia 11 de junho a questão voltará a ser debatida na primeira reunião do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária - encontro da maior importância, em torno do qual crescem justificadas expectativas do setor agropecuário.

Em longo telex enviado ao nosso Gabinete, a Diretoria da Cotriguaçu, através do seu presidente, José da Luz Uchoa, e do seu diretor-secretário Romano Czerniej, faz uma gravíssima denúncia: a Secretaria de Finanças do Governo do Paraná vai defender, na reunião do Confaz, o fim da isenção e a taxa-ção integral de 16 por cento sobre a comercialização e produção de aves.

— Se isto se consumir — alerta aquela central cooperativista — ficará irremediavelmente inviabilizada a atividade das cooperativas no setor avícola, com graves reflexos à classe produtora. É preciso que nossos governantes sejam sensibilizados com a maior urgência possível, das vantagens que a isenção vem propiciando ao setor rural, que se tiver suprimido intempestivamente, este benefício verá agravadas profundamente as suas já difíceis condições de sobrevivência".

Devemos acrescentar, Sr. Presidente, que as cooperativas e os avicultores, em decorrência da isenção prevalente, fizeram pesados investimentos que ainda estão em fase de lenta amortização, já que a exploração avícola oferece estreita margem de lucratividade. E os associados, seduzidos por novos horizontes e vislumbrando uma promissora fonte de rendimentos, serão visivelmente prejudicados com o corte da isenção e estarão impossibilitados de fazer frente a compromissos assumidos.

Ressaltemos ainda, dentre os argumentos expostos pela COTRIGUAÇU, "juntamente por se tratar de um produto de exploração típica de pequeno produtor, a atividade avícola, aumentando a sua renda, proporciona-lhe condições de se manter na propriedade mesmo em face das condições adversas enfrentadas pela economia e, especialmente, pela agricultura, contribuindo para contenção do êxodo rural e do crescente nível de desemprego nas médias e grandes cidades. As dificuldades pelas quais atravessa a economia nacional e internacional têm causado, como um dos seus reflexos mais negativos, a compreensão do poder aquisitivo das camadas mais carentes da população que têm na carne de aves, graças ao seu custo mais acessível, uma das suas principais fontes de proteína animal.

Considere-se também que atividade avícola organizada nos moldes em que hoje se apresenta em nosso Estado, contribuiu ponderavelmente para minorar o problema do abate clandestino de animais, uma das causas crônicas dos desvios de contribuições ao erário público, já que as cooperativas e seus associados operam rigorosamente dentro das normas legais, contribuindo com taxas e impostos para a prosperidade social.

Será possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os homens que hoje governam o nosso Estado, sejam indiferentes às terríveis conseqüências que a supressão do benefício fiscal irá causar a um vasto segmento da comunidade agropecuária paranaense?

Será possível que esses mesmos homens, ontem a bradar aos quatro ventos nos comícios eleitorais contra o que eles sempre chamam de "modelo econômico perverso", venham agora exercer a tirania que condenavam?

Veja-se, neste episódio, a flagrante incoerência entre os políticos de ontem e os administradores de hoje. Antes combatim furiosamente o arrocho fiscal, classificando-o como fator

inflacionário. Agora buscam ainda mais agravar os rigores tributários, tentando abolir benefícios já consagrados por seus positivos resultados em favor da população.

Lançamos daqui, desta tribuna, o nosso mais veemente protesto às autoridades fazendárias do Estado, para que renunciem a tão sinistro intento que, se perpetrado, trará dramáticas consequências à nossa já combatida economia agrícola e elevará ainda mais o custo de vida, se restabelecido o pesado gravame de 16 por cento de ICM na produção e comercialização de aves.

Esperemos, Sr. Presidente, que o bom senso ilumine os administradores que hoje governam o Paraná. E que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, num pequeno esforço de memória, recorde-se das generosas promessas feitas em campanha eleitoral em favor da agropecuária de nossa terra e impeça que seus tecnocratas pratiquem tamanha injustiça”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, por 18 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço, em nome do Deputado Erondy Silvério, e da bancada do PDS, a agilidade das respostas do Deputado Líder do PMDB e do Governo, Nilso Sguarezi, com relação às marmittas oferecidas aos funcionários da Secretaria da Justiça.

Espero que esta agilidade na resposta, também se repita nas denúncias continuadas que temos feito contra o governo peemedebista, desta tribuna.

Lamento que Sua Excelência tenha ficado apenas na análise do problema da alimentação dos funcionários da Secretaria de Justiça, porque lembro-me bem que há pouco tempo atrás, ao menor deslize da polícia ou do sistema penitenciário, alternavam-se nos meios de comunicação e na tribuna desta Casa, as vozes da Oposição, da Comissão de Justiça e Paz, cujo presidente foi agraciado com um cargo de Advogado da FIDEPAR, da Pastoral Carcerária e da Ordem dos Advogados, atingida, pelo Secretário dos Transportes, com a alcunha de “Bando de vigaristas”.

No veemente protesto que faziam contra aquilo que denominavam “violação dos direitos humanos”, faziam-no sob qualquer pretexto. O PMDB fez, desse comportamento sistemático, a sua motivação da campanha eleitoral, arvorado em defensor dos princípios fundamentais da Carta da ONU, e dos injustiçados da pretensa repressão policial. Se assim procederam na oposição, tornaram-se indiferentes governistas de hoje para com a sorte dos perseguidos, transmudando-se de salvadores em verdadeiros algozes. Ou será que a demissão sumária de indefesos funcionários, por motivos ideológicos, não constitui uma violação dos direitos humanos? Onde está o respeito à liberdade de opinião que a Constituição Federal preceitua e a Declaração Universal dos Direitos do Homem consagra?

Os jornais de Curitiba, do último dia 5 de maio, estampam singular fotografia de dois presos, algemados e ainda acorrentados, numa diligência policial inusitada e atribulada que lembra os métodos medievais da degradação da pessoa humana.

Não ouvimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma reclamação, nenhum protesto, nenhuma denúncia dos órgãos responsáveis pela defesa dos direitos que outrora invocavam. Presos da Penitenciária Central que tentaram fugir, foram metralhados e atacados por cães ferozes, como se o direito de tentar a fuga não fosse uma legítima defesa, um impulso libertário que ao Estado cabe compreender e cercar, sem violência.

Desse jeito, o Governo do PMDB se desacredita ainda

mais aos olhos da população, pela sua hipocrisia e mistificação, ao promover um tratamento diferenciado e cruel para aqueles que necessitam da solidariedade cristã, ao invés do castigo humilhante.

Em poucos meses de poder, o PMDB modifica a sua filosofia, sua postura e natureza, como se as poltronas em que se refestelaram seus líderes não lhe permitisse ter a sensibilidade para essas duras realidades. A traição aos compromissos de campanha, têm constituído uma repetição permanente de erros e abusos com que o governo afronta o povo, não esquecido de suas promessas eleitorais.

Formulo daqui, ao tempo em que agradeço as informações sobre a marmita, trazidas pelo Deputado Nilso Sguarezi, o meu veemente protesto que ficou no silêncio daqueles que tinham a obrigação moral e ética de fazê-lo. É preciso gritar bem alto contra esses excessos, porque a defesa dos direitos humanos, não representa privilégio daqueles que ontem a exaltavam como bandeira e hoje a enxovalham, pela omissão. A defesa desses direitos é antes de tudo, uma expressão de amor ao próximo que o Governo teima em ignorar, mas que nós, da Oposição, cultuamos com a mesma sinceridade de ontem.

E desejo responder ao Deputado Fiori Luiz que não está presente, infelizmente, no plenário. Se Sua Excelência estivesse, eu diria ao Deputado Malaguido, respondendo mais uma de suas peraltices da tribuna, que não é possível comparar o comportamento do empresário Paulo Pimentel, com o comportamento do patrão José Richa.

O patrão José Richa é o eventual ocupante do Palácio. O dinheiro do Paraná não lhe pertence, pertence ao povo do Paraná. Ele é um empregado do povo para promover o bem-estar e o desenvolvimento do nosso Estado. Não está no Palácio para perseguir, e como patrão hoje, esquecer aquilo que pregava na tribuna do Senado Federal, falando na estabilidade como um direito social e agora, como patrão no Palácio Iguaçu, escorraçando funcionários dos mais ilustres, com tempo de serviço, com dedicação à causa pública, independentemente até de filiação partidária.

Por isso, Deputado Fiori Luiz Malaguido, Sua Excelência, que provavelmente ainda esquece do tempo em que considerava o Dr. Paulo Pimentel como um grande democrata, como um líder da maior e melhor estirpe moral do Paraná, quando Sua Excelência era funcionário do Dr. Paulo, quando precisava bajulá-lo para manter o seu emprego na televisão.

E por este acesso à televisão, Sua Excelência transformou-se no Deputado peralta da Assembléia Legislativa. Respondendo a Sua Excelência com tranqüilidade. A sua comparação não tem nenhum cabimento nesta tarde. Por outro lado, respondo ao Deputado Roberto Requião as insinuações que fez nesta tarde a respeito do uso irregular, de verbas da COMEC, da região metropolitana de Curitiba. Sua Excelência realmente deve ter sido reprovado no exame psicotécnico por indulgência mental e intelectual, porque qualquer advogado — e o Deputado Requião o é — qualquer cultor das leis sabe que qualquer cidadão tem o dever igual, conhecendo um crime, em denunciá-lo, porque se não o fizer, passa a ser conivente.

Sua Excelência que use das prerrogativas regimentais, que use da sua cultura jurídica, para promover a responsabilidade daqueles a quem insinuou desonestidade nesta tarde, porque senão Sua Excelência o Deputado Roberto Requião não terá autoridade moral para denunciar qualquer ato irregular.

Mas pretendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisar ainda uma vez mais a situação dos funcionários públicos. E passo a ler o pronunciamento a respeito dos desacertos do Governador José Richa com relação ao funcionalismo público estadual. (Lê):

“É de se lamentar que o Governo do Sr. José Richa



tenha posto em prática no Paraná, uma política de perseguição à nobre classe do funcionalismo público, hoje submetida à ação das patrulhas político-ideológicas, que lá lançaram ao desemprego mais de trezentos humildes chefes de família e renomados técnicos, que vinham dando sua colaboração dos quadros de servidores públicos, nas Secretarias de Estado e nos órgãos da administração indireta. A cada dia, mais empregados públicos, com muita experiência em suas áreas de atuação, estão sendo demitidos para que o partido do governador — o PMDB — possa atender sua clientela, conforme já denunciemos desta tribuna.

Agora nesta oportunidade, desejo alertar a esta Casa e à opinião pública paranaense, sobre os prejuízos que a administração está sofrendo, que o Paraná está sofrendo, com a perda de grandes potenciais em recursos humanos, de que tanto carecemos para impulsionar o nosso desenvolvimento. Administradores e técnicos formados mediante treinamento específico para atender os problemas apresentados pela nossa realidade, submetidos a cursos de especialização, estão sendo substituídos por pessoas inexperientes, muitas vezes sem qualificação, para ocupar as funções para as quais estão sendo admitidos, para atender unicamente ao clientelismo político do governo José Richa, retribuir aos seus cabos eleitorais de novembro do ano passado, com funções públicas pagas pelos contribuintes e para os quais apresentam como credencial, única, apenas o ser partidário do governo peemedebista.

Assim tem ocorrido na área da Secretaria da Agricultura, especialmente a CAFE DO PARANÁ, dirigida pelo irmão do Senador de Maringá, Álvaro Dias, da ACARPA, do BANESTADO Reflorestadora, e da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, no âmbito da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, da COHAPAR e de outros órgãos, nos quais as demissões e substituições de servidores especializados já ultrapassam a uma centena.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso dizer alto e bom som ao povo paranaense, que o Governo José Richa já está entrando para a nossa história como o demolidor da estrutura de recursos humanos, que dispúnhamos na administração estadual, servindo como ponte entre a administração e o universo social percebido.

Foi o Governador José Richa que até agora, já decorridos dois meses de sua presença no Palácio Iguaçu, não soube ou não pode dizer ao povo paranaense a que veio para o Governo e o que pretende realizar, pois seu plano de governo continua não transparente, continua invisível. Depois ninguém ainda conseguiu vê-lo, apesar da proclamada administração transparente que se diz ter sido iniciada no Paraná.

Extinguiu a Secretaria de Recursos Humanos — uma iniciativa pioneira dos paranaenses no País, que tratava da eficácia das organizações e do seu ajuste num contexto com o pessoal apto e motivado, capaz de antecipar-se nas mudanças e com suas intervenções, ganhar dinamismo e corrigir desvios.

E como o Sr. José Richa até agora tem demonstrado o seu governo é mais afeito em destruir do que construir, extinguiu uma secretaria que se lançou numa ação consolidadora, superando em grande parte as necessidades típicas dos primeiros anos de sua existência que impuseram prioridades às medidas de estruturação, racionalização, controle e auditoria.

Foram delineadas políticas de atuação, como os programas de treinamento, adequados às deficiências detectadas pelos setores nos respectivos quadros funcionais, como a automatização da concessão de benefícios aos servidores com o domínio da informática e da engenharia de sistemas.

A obtenção de máxima igualdade no tratamento de categorias funcionais equivalentes; descentralização do atendimento médico, odontológico e assistencial para o interior.

E ainda: consolidação do modelo de recursos humanos

do Estado, mediante uso flexível e sincronizado dos regimes CLT e estatutários. E o que é mais importante: na área de Gerência Superior foram contemplados projetos de cargos e salários, de organização e métodos e as principais medidas relacionadas à concessão de benefícios funcionais.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o governo José Richa optou pela extinção desse órgão que empreendeu trabalho altamente valorizador dos nossos recursos humanos na administração pública, acoplando-a a uma secretaria de Estado já assoberbada com outras muitas tarefas, como ocorre com a Secretaria da Administração. Por isso, alguns itens da Lei 7424, de 1980, Plano de Classificação de cargos, ainda não foram aplicados integralmente, como é o caso da ascensão funcional, uma das etapas especificadas pela referida lei, destinada a beneficiar mais de mil funcionários aprovados em testes seletivos internos, que continuam aguardando provimento em cargos mais compatíveis. O momento que vivemos é oportuno para tanto.

Desejo acentuar nesta oportunidade o pronunciamento da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, que considerou a ascensão funcional como benefício, também, para a administração pública paranaense, que poderá contar em cargos de maior responsabilidade, com servidores capazes, sem precisar recorrer a novas contratações, como vem fazendo o governo do Sr. José Richa, para atender aos seus apaniguados.

É preciso que o atual governo cesse com as perseguições ao funcionalismo, com as demissões em massa, para atender aos interesses de seu partido, e volte-se para a valorização e utilização plena dos recursos humanos da administração estadual, banindo o fantasma do desemprego que já está se transformando no segundo pesadelo do povo paranaense, porque o primeiro continua sendo o imobilismo do Sr. José Richa para com o Paraná".

Neste momento apelo para que Suas Excelências apliquem o Plano de Classificação de Cargos para beneficiar mil funcionários públicos estaduais, ao invés de ficar demitindo humildes servidores públicos e nomeando os seus apaniguados políticos para receber soberbas quantias da administração pública.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

A Presidência registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Irineu Trap, que é Vereador no Município de Planalto.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, subscrita por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. - **Recebida.** (Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados).

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/83, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO N.º 47, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rufino de Souza Oliveira, ocor-



rido nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela criação do Conselho de Conciliação e Arbitramento, junto à sede do foro criminal de Curitiba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando para que, através da Secretaria do Interior, seja instalado no Município de Missal, uma estação retransmissora de sinais de televisão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação da segunda pista no prolongamento da Avenida Maripá até o trevo da BR-495, e a pavimentação do prolongamento da Avenida Rio Grande do Sul, até as imediações do campo do Flamengo, no Município de Mal. Cândido Rondon. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao órgão competente, providências no aproveitamento imediato dos candidatos aprovados no Teste Seletivo Interno para as Categorias Funcionais, pertencentes ao Grupo Ocupacional de Profissional da Secretaria de Recursos Humanos. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Serviço Nacional do Comércio - SENAC, encarecendo estudos para construção de sede própria do órgão, na sede do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja instalado um posto da CAFE DO PARANÁ no Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, através da Secretaria das Finanças, visando a instalação de uma Agência daquele estabelecimento de crédito no bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que gestione junto à COPEL, para a não cobrança indevida da taxa de iluminação pública. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cooperativa Agrícola dos Produtos de Cana do Vale do Ivaí, pela inauguração no dia 14 de maio, do seu complexo agro-industrial dedicado à destilação de álcool. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira e outros Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando moção de solidariedade ao Deputado Gabriel Manoel. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 05 e 07/83.

Comissões Permanentes:

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO  
DIVISÃO DAS COMISSÕES  
COMISSÕES PERMANENTES  
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente	TRAJANO BASTOS
1.º Vice-Presidente	NESTOR BAPTISTA
2.º Vice-Presidente	WERNER WANDERER
1.º Secretário	GERNOTE KIRINUS
2.º Secretário	FRANCISCO ESCORSIN
3.º Secretário	FUAD NACLI
4.º Secretário	DIRCEU MANFRINATO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente:	DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Vice-Presidente:	GILBERTO CARVALHO
TITULARES	SUPLENTE
Artagão de Mattos Leão	Homero Oguido
Edmar Costa	Amélia Hruschka
Caíto Quintana	Irondi Pugliesi
Ervin Bonkoski	Tadeu França
Hermas Brandão	José Antônio Fonseca
Tadeu Lúcio Machado	Sérgio Spada
Anibal Khury	Luiz Alberto de Oliveira
Gabriel Sampaio	Jorge Maia Filho
Ezequias Losso	Quielse Crisóstomo
Augusto Carneiro	Tércio Albuquerque
Ivan Gubert	Erondy Silvério
Secretária: Lúcia Maria da Veiga Segall	
Reuniões: ÀS TERÇAS-FEIRAS	

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente:	ERVIN BONKOSKI
Vice-Presidente:	HOMERO OGUIDO
Antônio Anibelli	Djalma de Almeida César
Dirceu Manfrinato	Anibal Khury
Gabriel Manoel	Tadeu Lúcio Machado
Quielse Crisóstomo	Hermas Brandão
Ezequias Losso	Gabriel Sampaio
	Tércio Albuquerque
	Jorge Maia Filho
Secretário: Nelson Silvío Salles	
Reuniões: ÀS QUARTAS-FEIRAS	

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente:	ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Vice-Presidente:	ANTÔNIO ANIBELLI
Anibal Khury	Irondi Pugliesi
Roberto Requião	Fiori Luiz
Fuad Nacli	Homero Oguido
Erondy Silvério	Hermas Brandão
Gabriel Manoel	Gabriel Sampaio
	Ezequias Losso
Donato Gulin	
Secretário: Ayrton Alves Aranha	
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA	

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Presidente:	ORLANDO PESSUTTI
Vice-Presidente:	SABINO CAMPOS
Paulo Furiatti	Mário Pereira
Eduardo Baggio	Dirceu Manfrinato

Edgard Pimentel

Basílio Zanusso

Augusto Carneiro

Antônio Anibelli

Rubens Bueno

Wilson Fortes

Erondy Silvério

Tércio Albuquerque

Ivan Gubert

Péricles Pacheco

Quielse Crisóstomo

Odeni Mongruel

Secretária: Marlene Couto de Cristo  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente:

Vice-Presidente:

Ferrari Júnior

Hermas Brandão

Ervin Bonkoski

Donato Gulin

Erondy Silvério

PÉRICLES PACHECO

EDUARDO BAGGIO

Sabino Campos

Sérgio Spada

Rubens Bueno

Caíto Quintana

Gilberto Carvalho

Edgard Pimentel

Fuad Nacli

Secretário: Jayro Camargo  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

TITULARES

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente:

Adhail Sprenger Passos

Ervin Bonkoski

Eduardo Baggio

Ivan Gubert

Leônidas Chaves

Donato Gulin

Secretária: Diva do Valle Cavalcanti

Reuniões: ÀS QUINTAS-FEIRAS APÓS A SESSÃO PLENÁRIA

MÁRIO PEREIRA

Antônio Anibelli

Ferrari Júnior

Acir Mezzadri

Hermas Brandão

Tuguio Setogutte

Nelson Buffara

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Rubens Bueno

Caíto Quintana

Tadeu França

Ezequias Losso

Nelson Buffara

ADHAIL SPRENGER PASSOS

ODENI MONGRUEL

Irondi Pugliesi

Edmar Costa

Márcio Almeida

Djalma de Almeida Cesar

Tuguio Setogutte

Ivan Gubert

Edgard Pimentel

Secretária: Maria Aparecida Gebran do Amaral  
Reuniões: ÀS TERÇAS-FEIRAS ÀS 13:30 HORAS.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Orlando Pessutti

Eduardo Baggio

Wilson Fortes

Leônidas Chaves

Tércio Albuquerque

CAÍTO QUINTANA

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Mário Pereira

Paulo Furiatti

Dirceu Manfrinato

Nelson Vasconcellos

Basílio Zanusso

Augusto Carneiro

Donato Gulin

Secretária: Angelina Garcia Pacheco  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente:

Vice-Presidente:

Osvaldo Alencar Furtado

Djalma de Almeida Cesar

Tércio Albuquerque

Nelson Buffara

FIORI LUIZ

RUBENS BUENO

Ferrari Júnior

Sérgio Spada

José Antônio Fonseca

Eduardo Baggio

Secretário: João Albertí Andretta  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente:

Vice-Presidente:

Amélia Hruschka

Orlando Pessutti

Tuguio Setogutte

Quielse Crisóstomo

Basílio Zanusso

NELSON VASCONCELLOS

MÁRCIO ALMEIDA

Rubens Bueno

Irondi Pugliesi

Dirceu Manfrinato

Gabriel Sampaio

Leônidas Chaves

Ivan Gubert

Artagão de Mattos Leão

Secretária: Iolanda Guimarães Melo de Castro  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

TITULARES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Tadeu Lúcio Machado

Acir Mezzadri

Fuad Nacli

Gilberto Carvalho

Jorge Maia Filho

AMÉLIA HRUSCHKA

EDMAR COSTA

Nelson Vasconcellos

Caíto Quintana

Tadeu França

Roberto Requião

Leônidas Chaves

Tércio Albuquerque

Erondy Silvério

Secretário: Lélío Guimarães Sotto Maior  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente:

Vice-Presidente:

Artagão de Mattos Leão

José Antônio Fonseca

Gabriel Sampaio

Quielse Crisóstomo

Erondy Silvério

Jorge Maia Filho

ANIBAL KHURY

HOMERO OGUIDO

Djalma de Almeida Cesar

Ervin Bonkoski

Sabino Campos

Márcio Almeida

Tuguio Setogutte

Augusto Carneiro

Secretária: Eumênia Oliveira Triches  
Reuniões: ÀS QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10:00 HORAS.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente:

Vice-Presidente:

Sérgio Spada

Edmar Costa

Ervin Bonkoski

Dirceu Manfrinato

Nelson Buffara

DONATO GULIN

TÉRCIO ALBUQUERQUE

Orlando Pessutti

Ferrari Júnior

Acir Mezzadri

Amélia Hruschka

Wilson Fortes

Gilberto Carvalho

Edgard Pimentel

Secretária: Clea Carneiro Teixeira  
Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Presidente:

Vice-Presidente

Tadeu França

Acir Mezzadri

Nelson Vasconcellos

ODENI MONGRUEL

EDGARD PIMENTEL

Ervin Bonkoski

Ferrari Júnior

Fiori Luiz

TITULARES	SUPLENTE
Sérgio Spada	Augusto Carneiro
Gabriel Manoel	José Antônio Fonseca
	Ezequias Losso
	Wilson Fortes

Secretário: Boanerges de Menezes Caldas

Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente:	OSVALDO ALENCAR FURTADO
Vice-Presidente:	PAULO FURIATTI
Adhail Sprenger Passos	Sabino Campos
Fiori Luiz	Márcio Almeida
Edgard Pimentel	Roberto Requião
Tuguio Setogutte	Amélia Hruschka
Quielise Crisóstomo	Odeni Mongruel
	Nelson Buffara
	Péricles Pacheco

Secretária: Myrthes Magda Gomes

Reuniões: ÀS TERÇAS-FEIRAS APÓS A SESSÃO PLENÁRIA

#### COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Presidente:	EZEQUIAS LOSSO
Vice-Presidente:	TADEU FRANÇA
Ervin Bonkoski	Mário Pereira
Ironi Pugliesi	Homero Oguido
Sabino Campos	Oswaldo Alencar Furtado
Odeni Mongruel	Artagão de Mattos Leão
Jorge Maia Filho	Gilberto Carvalho
	Fuad Nacli

Secretário: Agildes de Oliveira Martins

Reuniões: ÀS QUINTAS-FEIRAS APÓS A SESSÃO PLENÁRIA

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Presidente:	GILBERTO CARVALHO
Vice-Presidente	IRONDI PUGLIESI
Mário Pereira	Roberto Requião
Oswaldo Alencar Furtado	Nelson Vasconcellos
Márcio Almeida	Edmar Costa
Jorge Maia Filho	Orlando Pessutti
Wilson Fortes	Nelson Buffara
	Leônidas Chaves
	Gabriel Manoel

Secretária: Ibaneza Santos Salles

Reuniões: CONDICIONADAS À EXISTÊNCIA DE MATÉRIA

Divisão das Comissões, em maio de 1983.

(a) Ibaneza Santos Salles

Chefe de Divisão

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/83

autorizar JOSÉLIA CIOLA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade com o disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 2ª Secretaria, no período compreendido entre 13 de abril a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 3012).

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 256/83

I – revogar o item II do Decreto Legislativo nº 182/83, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete

da Diretoria Geral, o funcionário EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula nº 498, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II – designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Pagadoria, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 22 de abril de 1983.

(Protoc. 3398).

Palácio "XIX de Dezembro", em 02/05/83

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 257/83

I – revogar o item II do Decreto Legislativo nº 205/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Atualização de Bens Patrimoniais, do Departamento Administrativo, a funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula nº 203, ocupante do cargo de oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II – revogar o Decreto Legislativo nº 331/75, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Acompanhamento Taquigráfico, do Departamento Legislativo, o funcionário LUIZ FERNANDO FLORES, matrícula nº 481, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III – designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Seção de Atualização de Bens Patrimoniais, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. 2645).

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 258/83

autorizar WILSON DA VANÇO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Artigo 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 3ª Secretaria, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83.

(Protoc. 3171).

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 259/83

I – exonerar FRANCISCO TOMAZ DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 204/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II – prover MAURO CESAR DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski; e,

III – autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Artigo 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3549).

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 260/83

conceder à funcionária NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 082, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, nos termos do Art. 247, § único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 12 de março de 1975 e 12 de março de 1983, antecipado em razão do tempo contado pelo Decreto Legislativo

n.º 329, de 09 de abril de 1979.

(Protoc. 3271).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 261/83

I — exonerar CLAUDIO GAMAS FAJARDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 106/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover MACIEL CEZAR PELOSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva; e,

III — autorizar o mencionado funcionário a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3467).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 262/83

mandar pagar a SALVANDYR ALVES DIAS, viúvo da ex-funcionária deste Poder, LINDAMIR DOS SANTOS, falecida no dia 26 de março de 1983, a importância correspondente a um mês de provento, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205, e parágrafos, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. 3346).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 263/83

revogar o Decreto Legislativo n.º 115/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro de Deputados, do Departamento de Pessoal da funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 3369).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 264/83

conceder ao funcionário AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS, matrícula n.º 280, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 1.º decênio compreendido entre 11 de dezembro de 1962 e 11 de junho de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1963, 1965 e 1966, contadas em dobro, a partir de 25 de abril de 1983.

(Protoc. 3404)

Palácio "XIX de Dezembro", em 05/05/83

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 265/83

I — exonerar JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Intérprete do Cerimonial, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 284/81, que autirizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover NEUSA DECKERT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Intérprete de Cerimonial, do Serviço de Cerimonial e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes, ficando a mesma autorizada a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3590).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 266/83

nomear, em face de habilitação em concurso, PAULA GREIFFO GREIFFO COUTINHO, para exercer o cargo de Taquígrafo A — AL. 201.8, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1522).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 267/83

nomear, PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, em face de habilitação em concurso, para exercer o cargo de Taquígrafo A — AL.201.8 do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1522).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 268/83

nomear, em face de habilitação em concurso, MARIA DE LOURDES G. F. MAGALHÃES, para exercer o cargo de Taquígrafo B — AL.201.9, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1522).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 269/83

nomear, em face de habilitação em concurso, ODETE MULLER, para exercer o cargo de Taquígrafo B — AL.201.9 do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1522).

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/05/83

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 270/83

I — exonerar LAERTES GONÇALVES BEIRIGO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Orlando Pessutti, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 101/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover CLÓVIS APARECIDO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Orlando Pessutti; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3954).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 271/83

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º e Art. 140, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, NORMA BUEST ROSÁRIO, matrícula n.º 294, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais de seu cargo efetivo, acrescido de dois (02) triênios, incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da referida Lei n.º 6174; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976 e Função Gratificada, Símbolo 4-F, nos termos do Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11/05/83

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário



**FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA**  
**BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE ABRIL DE 1983**

ATIVO	PASSIVO
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>EXIGÍVEL</b>
Banco do Estado do Paraná S.A. — Ag. C. Cívico 63.792,41	Seguro - Apólice 1331 Retenção IR Fonte 91.350,00 588.185,00
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>PATRIMÔNIO</b>
Banco do Estado do Paraná S.A. - Poupança Caixa Econômica Federal - Poupança Valores Mobiliários Empréstimos Concedidos 264.700.035,78 50.803.491,64 15.634.299,71 15.689.547,42	Patrimônio Líquido  285.193.961,18
<b>IMOBILIZADO</b>	
Móveis e Utensílios 30.100,00	Previdência Social - Contribuições Rendimentos de Títulos Juros de Empréstimos 19.649.595,00 68.520.107,44 4.636.750,34
<b>DESPESA</b>	
Inativos Serviços de Terceiros Materiais de Consumo Seguros 31.605.430,00 70.704,00 20.925,00 61.623,00	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>378.679.948,96</b>	<b>378.679.948,96</b>

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 378.679.948,96 (trezentos e setenta e oito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa e seis centavos).

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE  
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MATRINSANIBELLI  
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC PR 6635